

A Amazônia no discurso ditatorial brasileiro: notas introdutórias¹

The Amazon in brazilian dictatorial speech: introductory notes

Anderson Vieira Moura*

Palavras chave:
Getúlio Vargas
Emílio Médici
Ditadura

Resumo: Em um intervalo de trinta anos, dois ditadores brasileiros – Getúlio Vargas e Emílio Garrastazu Médici – se voltaram à região amazônica com um problema (o suposto vazio demográfico) e sua solução (migração de trabalhadores nordestinos castigados pela seca). No entanto, a ideia de um vasto território despovoado e consequentemente alvo fácil para invasores é bem mais antiga e surge praticamente com a colonização portuguesa na Amazônia, no início do século XVII. Ao fim e ao cabo, as duas ditaduras instaladas no Brasil no século XX possuíam uma visão muito semelhante acerca da Amazônia e chegaram a mesma conclusão, mesmo estando em contexto completamente diferentes.

Keywords:
Getúlio Vargas
Emílio Médici
Dictatorship

Abstract: In an interval of thirty years, two Brazilian dictators – Getúlio Vargas and Emílio Garrastazu Médici – returned to the Amazon region with a problem (the supposed demographic void) and its solution (migration of northeastern workers punished by the drought). However, the idea of a vast unpopulated territory and therefore an easy target for invaders is much older and appears practically with the Portuguese colonization in the Amazon, in the beginning of the 17th century. In the end, the two dictatorships installed in Brazil in the 20th century had a very similar view of the Amazon and reached the same conclusion, even though they were in a completely different context.

Recebido em 15 de junho de 2021. Aprovado em 17 de setembro de 2021.

Introdução

Em texto clássico, Francisco Jorge dos Santos (2002) demonstra como a Amazônia colonial pode ser caracterizada como “um problema militar português”. O próprio início da ocupação portuguesa na Amazônia começou, em 1616, com a construção de um forte onde posteriormente fundou-se a cidade de Belém, atual capital do Pará.

Naquele momento, “a Amazônia portuguesa ficou sendo uma área predominantemente militar e geopolítica, e menos aproveitável economicamente” (SANTOS, 2002, p. 16).

Diversos outros estudos demonstram como a Amazônia foi pensada externamente, seja enquanto colônia, seja enquanto província imperial (ALMEIDA, 1997; DIAS, 2007; PINHEIRO, 2000; SECRETO, 2007; SOUZA, 2003). E para

* Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas. Professor adjunto do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Vice-coordenador do Laboratório de Estudos sobre História Política e do Trabalho na Amazônia (LABUHITA). E-mail: anderson@ufam.edu.br.

além do que Santos (2002, p. 16) chamou de “problema militar”, algumas ideias surgiram e foram se cristalizando, das quais destaco a do “vazio demográfico”². María Verónica Secreto (2007) discutiu a propagação dessa ideia em meados do século XX, mais precisamente no início da década de 1940, quando Getúlio Vargas, então ditador do Brasil, viajou até Manaus e lá fez um discurso emblemático, o famoso “Discurso do rio Amazonas” (VARGAS, 1942, p. 259-262), que seria consolidado com os chamados Acordos de Washington e com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Naquela ocasião, Vargas convocava os nordestinos atingidos pela seca a migrarem até à Amazônia para trabalharem no extrativismo – a borracha entraria em cena pouco depois, novamente em alta após a tomada dos seringais asiáticos pelos japoneses.

Trinta anos depois e com o país novamente mergulhado em uma ditadura, Emílio Garrastazu Médici viajou até Altamira, interior do Pará, com o objetivo de iniciar mais uma etapa nas obras de construção da rodovia Transamazônica. O ato simbólico que marcou aquele momento foi a derrubada de uma árvore com mais de 50 metros e a exibição de uma placa, cravada em outra árvore, onde lia-se o seguinte: “Nestas margens do Xingu, em plena selva amazônica, o Senhor Presidente da República deu início à construção da Transamazônica, *numa arrancada histórica para a conquista e a colonização deste gigantesco mundo verde*” (Diário de Pernambuco, Recife, 10 out. 1970, p. 1. Grifos meus). Mais de três séculos e meio depois, a Amazônia ainda se mostrava, a olhos externos, como um problema militar.

Esse texto objetiva apresentar as falas sobre a Amazônia feitas por dois ditadores – Vargas e Médici – em momentos distintos da história do Brasil. As semelhanças da argumentação e a ideia de colonizar a Amazônia brasileira com migrantes nordestinos ajudam-nos a pensar a visão que ditadores tão díspares entre si possuíam da região, os problemas que acreditavam existir e a forma de resolvê-los. Da mesma forma, revela uma linha de pensamento com séculos de existência, que perpassou a colônia, o Império e seguiu durante a República praticamente incólume e sem grandes modificações. Em resumo, a Amazônia seguia como um “problema militar” (SANTOS, 2002, p. 16) e pouco viável

economicamente, cuja resolução passava pelo povoamento da floresta como forma de defendê-la de invasores.

Nesse sentido, o artigo foi estruturado em dois tópicos. No primeiro é destacado alguns aspectos do discurso que Getúlio Vargas pronunciou em Manaus em 1940. O chamado “Discurso do rio Amazonas” foi bastante debatido e problematizado no citado texto de María Verónica Secreto. O intuito é pontuar algumas passagens desse discurso para situar, no tópico seguinte, a argumentação feita por Emílio Médici em Manaus no ano de 1970. Com isso, observar as semelhanças nas falas de ambos, separados por um intervalo de trinta anos.

Segundo Michel Foucault, discursos são “Práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala” (FOUCAULT, 2007, p. 55). Em outro texto, o filósofo resume:

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso - como a psicanálise nos mostrou - não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que - isto a história não cessa de nos ensinar - o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 1996, p. 10).

Ainda que o objetivo em tela seja analisar a visão apresentada pelos dois ditadores acerca da Amazônia, esses discursos são carregados de sentidos que exprimem o momento que o país passava e revelam questões maiores em suas falas, como a interferência do capitalismo internacional e como o Estado – aqui representado por líderes autoritários – encaminhava algumas questões importantes em ambos períodos, como a migração e a falta de trabalho para uma camada pobre da população. Em outro sentido, revelam igualmente um completo desconhecimento (para ficarmos no mínimo) da região amazônica, de sua dinâmica e da sua

população, com soluções que, de tão esdrúxulas e sem aproximação com a realidade local, mostram-se carregadas de preconceitos.

Vargas e a Amazônia

Em outubro de 1940, o Brasil vivia sob uma ditadura, o Estado Novo, instalada em 1937 e que duraria até os fins de 1945. Naquela oportunidade, o então ditador Getúlio Vargas foi até Manaus e no prestigiado Ideal Club fez o “Discurso do rio Amazonas” para uma plateia composta pela elite econômica do Amazonas e sua representação política, o interventor Álvaro Maia, ele também parte dessa elite. O estado já vivia há mais de 20 anos distante do tempo áureo da extração e exportação da borracha, quando uma parcela ínfima da população enriqueceu sobremaneira e a taxaço alfandegária gerou recursos para urbanizar Manaus e fez da capital uma cidade de primeiro mundo, afastando os pobres do Centro para regiões periféricas (DIAS, 2007).

Os tempos agora eram outros. A borracha continuava sendo extraída da floresta, mas as exportações caíram a níveis baixíssimos, gerando uma crise financeira ainda pouco explicada³. A elite seringalista e os comerciantes pressionavam Álvaro Maia em busca de uma solução que, em sua visão, viabilizasse economicamente o Amazonas mais uma vez. A ida de Vargas até a capital somente três anos após o início do Estado Novo talvez seja um indicativo de que a região não estava nos planos mais imediatos do novo regime. O discurso proferido no Ideal Club não dirime a dúvida, mas lança luz no que pensava o ditador.

Vargas investia na industrialização e na urbanização de grandes centros urbanos no sul do país. No entanto, o discurso modernista parecia não caber para a floresta amazônica. Sobre essa situação, afirma María Secreto (2007, p. 116):

Sempre que pensamos no que foi chamado de “era Vargas” vêm a nossa memória imagens urbanas, de trabalhadores industriais, de operários da construção civil. Parece que o Brasil deixou de ser agrário em 1930. É verdade que o processo de industrialização se aprofundou e o de urbanização se acelerou de forma inédita, mas muitas pessoas

continuaram a trabalhar e morar no campo. O que aconteceu com essas pessoas? Todas migraram para os centros urbanos? Evidentemente, não. O governo Vargas tinha planos para os habitantes do campo. O principal: que eles ficassem onde estavam. Os trabalhadores rurais seriam mantidos no seu “habitat” e as leis trabalhistas não os atingiriam se não num futuro que não podia ser determinado.

A visão que Vargas possuía da Amazônia é revelada logo nas primeiras palavras ditas no Ideal Club: “este vale maravilhoso aparece ao espírito jovem, simbolizando a grandeza territorial, a feracidade inigualável, os fenômenos peculiares à vida primitiva e à luta pela existência em toda a sua pitoresca e perigosa extensão” (VARGAS, 1942, p. 259). O próprio retrato do atraso e de um ambiente inóspito que precisava ser dominado. Se não tanto “militar”, mas ainda um “problema”. A ponte com o passado colonial é feita pelo ditador: “Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta, foram as nossas tarefas. E, nessa luta, que já se estende por séculos, vamos obtendo vitória sobre vitória” (VARGAS, 1942, p. 259). No entanto, nem só do passado vivia a Amazônia varguista. Ele imediatamente remeteu os problemas da região ao presente e, finalmente, a integrou ao resto do Brasil: transporte, infraestrutura, economia forte eram questões do Brasil e também da Amazônia. Uma em especial chama a atenção para o objetivo desse texto: a necessidade, segundo Vargas, de “adensar o povoamento”⁴.

O “vazio demográfico” da Amazônia decorria, igualmente, pela não vinda de brasileiros moradores de regiões mais densamente povoadas para o Norte, em decorrência do “clima caluniado” (VARGAS, 1942, p. 259). Mas havia solução:

Vulgarizou-se a noção, hoje desautorizada, de que as terras equatoriais são impróprias à civilização. Os fatos e as conquistas da técnica provam o contrário e mostram, com o nosso próprio exemplo, como é possível, às margens do grande rio, implantar uma civilização única e peculiar, rica de elementos vitais e apta a crescer e prosperar (VARGAS, 1942, p. 259).

Queixas sobre a falta de mão de obra na Amazônia são tão antigas quanto a própria

ocupação portuguesa na região. Basta lembrar-nos que uma das primeiras revoltas ocorridas no Brasil, ainda no século XVII, teve como uma de suas razões a falta de escravizados africanos e a proibição da escravização de indígenas para trabalhar nas plantações do então Estado do Maranhão e Grão-Pará. Várias foram as tentativas da Coroa portuguesa no sentido de resolver essa suposta falta de braços. No Império esse ponto ganhou ares dramáticos com a Cabanagem e suas consequências⁵. Ao que parece, três séculos depois, não fora resolvida essa matéria, conforme Getúlio Vargas atestou: era preciso vencer “o grande inimigo do progresso amazonense, que é o espaço imenso e despovoado” (VARGAS, 1942, p. 260)⁶.

Exatos dez anos depois desse pronunciamento, Vargas retornou ao Amazonas, agora na condição de candidato à presidência poucos meses antes da eleição de 1950 – pleito esse em que se consagraria vencedor e pela primeira vez governaria o país por meio do sufrágio. Para uma plateia mais ampla e sem o aparato intimidador do Estado Novo, o candidato discursou em praça pública diante de um público entusiasmado. As condições políticas eram outras, mas o discurso pouco modificou-se (MOURA, 2021).

A princípio, a Segunda Guerra Mundial teria impedido a execução de planos firmados outrora, como se buscasse justificar perante os ouvintes a não execução de promessas passadas. Argumento no mínimo contraditório, visto que justamente a guerra abriu espaço para um curto período de crescimento nas exportações da borracha e a migração de um grande contingente de nordestinos para a floresta. Evocando fantasmas do passado colonial – e que seria slogan dos militares posteriormente –, falou sobre a necessidade de proteger a Amazônia de invasores estrangeiros: mais precisamente os interesses dos europeus e uma possível internacionalização da floresta. Para tanto, era necessária uma “integração econômica e social da bacia do grande rio” (*A Crítica*, Manaus, 21 ago. 1950, p. 6) junto ao restante do Brasil e nossos vizinhos sul-americanos, com uma parceria comercial e divisão de gastos com Bolívia, Colômbia, Peru e Venezuela (*A Crítica*, Manaus, 21 ago. 1950, p. 6). Em seguida, finalmente entrou na questão do “vazio demográfico”.

E rapidamente trouxe a solução: o trabalho. A Amazônia, terra de oportunidades, carecia de pessoas para trabalhar. Sem mão de obra a economia não se desenvolvia, estagnando toda região socialmente. Conforme indicado por Maria Secreto acima, a ideia de Vargas era primeiro povoar e posteriormente trazer a legislação social implementada na década de 1940. Isso não estava no horizonte e sequer foi citado no discurso de 1950. Assim, a necessidade primordial era a migração e a fixação (*A Crítica*, Manaus, 21 ago. 1950, p. 6).

No campo econômico, a borracha ganhou destaque especial:

O eixo em torno do qual gira vossa vida econômica é ainda a borracha. Criou-se, em grave situação de emergência, com fomento da produção imediata, órgão proposto a tal fim – o Banco da Borracha. Nas contingências especiais de muito nos serviu essa organização bancária. Passados os tempos, porém, mudadas as circunstâncias e desaparecido o incentivo da exportação, o referido órgão atrofiou-se, como contingência da falta ou variação da função. O Banco da Borracha já não corresponde às necessidades, porque o problema não é mais o da exportação. Logo que eleito, se o for, transformarei essa organização em outra com atribuições para disciplinar a extração, equilibrar os preços, financiar as safras e cuidar da cultura da fibra e vegetais oleaginosos (*A Crítica*, Manaus, 21 ago. 1950, p. 6. Grifos meus).

Em suma, a Amazônia ficaria com a função de produzir matéria-prima para o mercado nacional. A produção de látex serviria para suprir as “indústrias modernas e bem equipadas” (*A Crítica*, Manaus, 21 ago. 1950, p. 6) brasileiras e estas, por conseguinte, exportaria produtos industrializados – inclusive para o Amazonas. Em suas palavras finais, afirmou ter “convicção de que a grandeza futura do Brasil está guardada nas suas terras fertilíssimas, cobertas por vastas florestas e regadas por caudalosos rios” (*A Crítica*, Manaus, 21 ago. 1950, p. 6). Ou seja, no interior da floresta, no extrativismo (que prometeu organizar), longe das cidades – e das indústrias.

Cerca de trinta anos depois, o Brasil vivia em uma nova ditadura, dessa vez sob o comando das Forças Armadas, especialmente do Exército. A Amazônia, mais uma vez, entrou na mira do regime

de exclusão por outras vias, mas com um discurso muito semelhante, inclusive nos termos.

A transamazônica e o desafio de 500 anos

Em outubro de 1966, o governo Castelo Branco publicou o decreto n. 59.428 que regulamentava a colonização no Brasil, feita pelo Estado e empresas. O objetivo, segundo o decreto, era promover o acesso à terra e sua viabilidade econômica por meio da agricultura, pecuária e agroindústria. Os candidatos deveriam ter bons antecedentes, experiência na área agrícola e “capacidade empresarial” (BRASIL. Decreto nº 59.428, de 27 outubro de 1966). No local dos lotes deveria existir uma estrutura mínima, com moradia, educação, saúde e lazer nas sedes, revenda de ferramentas, além da possibilidade de se fomentar cooperativas, auxílio no beneficiamento dos produtos entre outros. O governo, por seu turno, ofereceria financiamento para aquisição do que fosse necessário. Para o caso aqui exposto, as modificações vieram em seguida:

Mas foi no início da década de 1970, já no governo Médici, que algumas mudanças institucionais importantes ocorreram, e passou a ser estimulada a colonização em áreas consideradas de fronteira: foi criado o Plano de Integração Nacional (PIN), pelo Decreto-lei nº 1.106, de 16 de julho de 1970, que previa que cem quilômetros a cada lado das estradas a serem construídas na região Norte seriam destinados à colonização, iniciando pela Transamazônica. Prognosticava-se também orientar a migração da mão de obra das regiões mais secas do Nordeste em direção aos vales úmidos da região amazônica (MEDEIROS, 2019, p. 226).

Em resumo, Médici daria continuidade o projeto prometido por Vargas, em Manaus, vinte anos antes. Ironias do Brasil republicano: o governo militar deu continuidade a um projeto varguista, sendo que o golpe de 1964 derrubou justamente o maior dos herdeiros de Vargas (FERREIRA e DELGADO, 2019).

Outro ponto de aproximação dos militares com Vargas é na questão da integração da Amazônia com o Brasil. No caso de Vargas, ficou restrito ao seu discurso em 1950. No caso dos militares, a construção de rodovias cortando a floresta era pôr a ideia em prática. “Com a implantação da Transamazônica e a abertura de uma nova rodovia projetada para ligar Cuiabá, no Mato Grosso, a Santarém, no Pará, o governo federal deverá ocupar toda a região amazônica até o final do mandato do Presidente Garrastazu Médici” (*Jornal do Comércio*, Manaus, 17 abr. 1970, p. 1). O início dessa investida se deu no Nordeste:

Durante um discurso em Recife (PE), o presidente Médici teria cunhado a frase-símbolo da neocolonização de Amazônia, afirmando ter o desejo de “abrir uma estrada que leve os homens sem terra para uma terra sem homens”. Ele referia-se ao povo nordestino, que vivia em grande pobreza, e à Amazônia, com os seus baixos índices de ocupação, propondo uma rodovia que servisse, ao mesmo tempo, à correção dos desníveis regionais e à integração nacional (COUTINHO JR., 2013, p. 13).

Cabe destacar toda a empolgação do *Jornal do Comércio*, então o mais longo periódico em circulação no Amazonas, com a obra, incluindo referências ao “vazio demográfico” da região. São vários os editoriais, reportagens, matérias na primeira página e até mesmo uma entrevista com Arthur César Ferreira Reis, naquele momento presidente do Conselho Federal de Cultura (CFC) e outrora redator da folha pertencente aos *Diários Associados*. Nesse intervalo entre redator do *Jornal do Comércio* e presidente do CFC, Ferreira Reis publicou inúmeros trabalhos sobre a história da região Norte e foi o primeiro governador do Amazonas após o golpe de 1964. Nessa entrevista mostrou-se entusiasmado com a obra. Em relação ao processo migratório, afirmou:

Com a Transamazônica, cria-se a área nova para essa mobilização de recursos humanos, obtidos no Nordeste, desse modo abrindo-se, ao próprio Nordeste, um novo polo de atração para suas energias criadoras. Porque, com a industrialização do Nordeste, lembramos, adotadas as práticas de

modernidade do instrumental mecânico da indústria, as sobras de mão de obra serão fatais. Uma reforma agrária no próprio Nordeste não resolverá o problema dessa mão de obra sem utilização. Mesmo porque, com a mecanização da lavoura e essa mecanização terá de ser um dos pontos básicos de qualquer reforma agrária que resulte em progresso, a mão de obra em desuso continuará a existir. O novo espaço que se abre, através da Transamazônica, surge como o sorvedouro imediato para esse excedente populacional, que deve ser assistido, deve ser integrado nos melhores hábitos de civilização, desde que se lhe proporcionem os instrumentos de que carece para essa mudança, de natureza física e cultural (Jornal do Comércio, Manaus, 1 jul. 1970, p. 9).

A citação é longa, mas resume bem a entrevista. Ferreira Reis falou bastante sobre o Nordeste, sobre a migração de nordestinos para a Amazônia, da sua necessidade, de não ser uma rota de fuga e escapou da armadilha da seca. No entanto, em momento algum, fez qualquer menção a situação demográfica na região – e também não foi questionado. Percebe-se que, naquele momento, era mais importante justificar a ida dos nordestinos: faltava terra, ocupada pelo latifúndio cada vez mais mecanizado, faltava trabalho, faltava perspectiva. Ao invés de seguirem para o sul, em especial São Paulo, que se encaminhassem para a floresta, longe dos grandes centros urbanos densamente povoados.

Coube ao ministro dos Transportes, Mário Andreazza, vincular a obra com o passado. Ao Congresso Nacional, afirmou: “A construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém é uma iniciativa histórica, pois representa a coragem e a determinação de um presidente, que vai mudar a fase da região que nos desafiava há quase 500 anos” (Jornal do Comércio, Manaus, 3 jul. 1970, p. 2). Em artigo, o jornalista Genesino Braga comparou a construção da rodovia às expedições realizadas nos séculos XVI e XVII por Francisco de Orellana e Pedro Teixeira pelo rio Amazonas (Jornal do Comércio, Manaus, 5 jul. 1970, p. 13). O sentido da comparação com os navegadores ibéricos dizia respeito ao projeto de integrar a Amazônia ao restante do continente, um desafio de cinco séculos nas palavras do ministro.

No decorrer de 1970, o *Jornal do Comércio* publicou inúmeras reportagens em que observamos falas de militares de alta patente, engenheiros, técnicos e políticos da região Norte, todos entusiasmados com a construção da rodovia. No geral, todos falaram da grandiosidade da obra, de sua importância para o desenvolvimento da Amazônia, para o escoamento da produção pelos rios em direção aos portos, da integração com o restante do país e das futuras melhorias que viriam juntamente com a mão de obra migrante. A título de exemplo, disse o general Maciel Augusto Alves, então diretor de vias e transportes do Ministério do Exército: “(...) é uma obra hercúlea, que nos empolgou principalmente pelo que possa representar para o desenvolvimento da Amazônia e sua maior integração ao Brasil” (Jornal do Comércio, Manaus, 21 jul. 1970, p. 2). Um engenheiro-chefe do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER) na Amazônia tem uma visão que certamente era muito comum entre os envolvidos no Programa de Integração Nacional e outros setores da sociedade brasileira:

Até 1970, toda essa imensa região, que corresponde a mais da metade da superfície do Brasil, estava praticamente abandonada, entregue apenas a índios, animais selvagens, seringueiros, caçadores de peles e extratores de castanha. Era território brasileiro, mas carente de nossa soberania. Quando o Presidente Médici esteve no Nordeste, onde se estarreceu com a visão de nossos irmãos vítimas de seca, pensou em aproveitar aquele elemento humano, primeiro para desbravar, depois para colonizar a Região. Temos então o primeiro motivo da construção da estrada: a fixação do homem na Região – e a sua efetiva ocupação pelo Brasil (COUTINHO JR., 2013, p. 13-14. Grifos meus).

Por seu turno, o general Bandeira de Melo, presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), mais parecia um emissário da Coroa portuguesa no século XVIII ao falar em “pacificação das tribos hostis ao longo da Transamazônica”⁷. Em um primeiro trecho com mais de mil quilômetros de extensão, explicou que “existem aproximadamente 3 mil [indígenas] em estado selvagem” (Jornal do Comércio, Manaus, 8 ago. 1970, p. 5). Segundo

Jainne Bandeira (2018, p. 11-13), a Transamazônica era a inserção da floresta no sistema capitalista – o decreto de 1966, citado no início desse tópico, é revelador nesse sentido –, e essa inserção “vem acompanhado de expropriação e superexploração” (BANDEIRA, 2018, p. 11), além de um tratamento desumano com os povos indígenas realizado justamente por agentes do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Ao fim e ao cabo, os discursos pouco diferem daqueles proferidos por Getúlio Vargas e evocavam o longínquo passado colonial e imperial, em especial na questão de inserir os indígenas em uma lógica de trabalho e economia que não respeitava sua própria lógica – daí a ideia do “vazio demográfico”, pois essas populações não se encaixavam nessa lógica capitalista, sendo consequentemente apagadas, sendo necessário um processo de migração para a região que se adequasse a essa mesma lógica.

Nos primeiros dias de outubro de 1970, o presidente Médici finalmente desembarcou em Manaus. Em uma espécie de preparação para a chegada, ao longo de todo aquele ano, especialmente a partir do segundo semestre, as notícias, reportagens e matérias do *Jornal do Comércio* sobre a Transamazônica eram praticamente diárias. No dia do desembarque na capital, a capa do periódico trazia a seguinte chamada: “De Manaus, Médici anuncia ao país: Amazônia prioritária nos setores econômico, social e de segurança”. O ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Veloso, anunciou no Teatro Amazonas de que forma o estado seria prioritário. Segundo Veloso, além das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, o objetivo do governo podia ser dividido em dois eixos, um de caráter global (englobando toda região) e outro mais específico, distribuído em nove pontos. De maneira geral, seriam investimentos para construção de mais rodovias e na melhoria da navegação fluvial como suporte ao transporte rodoviário, investimentos na pesquisa dos recursos naturais da floresta, no extrativismo da borracha e na produção de juta e malva. Dois ligados diretamente à Transamazônica chamam a atenção: previdência social para os trabalhadores da rodovia e construção de unidades básica de saúde em núcleos populacionais ao longo da estrada (*Jornal do Comércio*, Manaus, 9 out. 1970, p. 1). Ou seja, Médici desejava ir além de Vargas, com

políticas assistencialistas para os trabalhadores na floresta, um grande incentivo para fixá-los nas localidades distantes dos grandes centros urbanos.

Garrastazu Médici iniciou seu discurso com alusões religiosas e professando seu catolicismo – outubro é o mês do Círio de Nazaré e o presidente se dirigiu a Belém em seguida, reservando um momento de sua agenda para comparecer à procissão (*Jornal do Comércio*, Manaus, 9 out. 1970, p. 2). Nesse sentido, afirmou seguir um tom realista em contraste ao messianismo ou fantasioso de outros tempos, “na terra em que tudo sempre se permitiu à imaginação” (*Jornal do Comércio*, Manaus, 9 out. 1970, p. 17). Em uma plateia composta majoritariamente por amazonenses, arrematou:

A Amazônia ainda não encontrou sua vocação econômica. O café e o cacau; a madeira e a borracha; o boi, a juta e a castanha tem sido momentos passageiros de riqueza; momentos que não trouxeram mais duradouras mudanças da infraestrutura socioeconômica. Não encontrou a Amazônia a sua vocação porque sendo mais da metade do Brasil, não se fez ainda de todo conhecida (*Jornal do Comércio*, Manaus, 9 out. 1970, p. 17).

Daí em diante fez alusões à importância da Amazônia para os governos militares, mormente na questão da soberania nacional e na defesa do território, evocando o nacionalismo dos ouvintes. De resto, nada de novo: a falta de estrutura, tecnologia e mão de obra legava à região ao seu atraso histórico, deixando o Norte ao lado do Nordeste como os rincões mais pobres do Brasil.

O atraso e a pobreza da Amazônia e do Nordeste, além de social e politicamente inaceitáveis tem repercussões negativas que chegam a prejudicar fortemente a produção e a economia do Centro-Sul. Por não constituírem um mercado consumidor com efetivo poder de compra, essas duas regiões não participam substancialmente do mercado interno brasileiro, não contribuem para a diluição dos custos da produção industrial e, por sua baixa produtividade, deixam de fornecer matérias-primas necessárias à indústria do Centro-Sul (*Jornal do Comércio*, Manaus, 9 out. 1970, p. 17).

Após esse diagnóstico completo, no qual culpou a pobreza e o atraso do Norte e Nordeste pelas mazelas do Brasil, faltava apenas mais uma questão: o “vazio demográfico”. O presidente Médici foi econômico nesse quesito, mas não deixou de mostrar como era “legítimo afirmar que a pobreza do Nordeste e a escassez do homem na Amazônia exercem uma pressão estrutural na alta dos preços no Brasil e que só o equilíbrio de regiões e estruturas permitirá a eliminação das forças inflacionárias no país” (*Jornal do Comércio*, Manaus, 9 out. 1970, p. 17). Não apenas demonstrou um completo desconhecimento das realidades das duas regiões, como insistiu em ignorar as especificidades das populações, perpetuando uma ideia no mínimo equivocada.

Em resumo – e de forma mais elaborada –, Médici pretendia seguir a lógica de Vargas: enviar os pobres do Nordeste à Amazônia, igualmente pobre, na tentativa de equilibrar a economia brasileira. Ou, quem sabe, igualar a pobreza. O mais importante era manter distância das cidades, pois era no interior da floresta que sua força de trabalho fazia-se necessária, seja no desenvolvimento da infraestrutura na Amazônia, seja no fortalecimento da produção e consequente distribuição de matéria-prima para as indústrias, conforme desejou Vargas em 1950.

À guisa de conclusão, tencionei nesse texto demonstrar como a construção de uma imagem da Amazônia feita por agentes externos seguiu uma linha cronológica com poucas alterações em seus aspectos mais gerais. A escolha das duas ditaduras instaladas ao longo do século XX, nosso século republicano e pouco democrático, é intencional, pois o golpe civil-militar de 1964 tinha, entre outros objetivos, extirpar da vida política do país os herdeiros e as práticas ensejadas por Getúlio Vargas. No entanto, para o caso amazônico, percebe-se uma continuidade no discurso, nas práticas, na identificação e solução dos problemas, sendo todos eles bem anteriores a essas duas ditaduras. A Amazônia seguia carente de ideias vindas daqueles que, claramente, pouco conheciam sua história, suas especificidades e seu povo.

Notas

1 O artigo é o primeiro desdobramento do projeto de pesquisa iniciado em março de 2020. No entanto, devido à pandemia causada pelo COVID-19, não foi possível acesso aos arquivos e às bibliotecas, fechados ao público. Nesse sentido, dependeu-se do único jornal amazonense disponível na Hemeroteca Digital (o *Jornal do Comércio*) e de algumas fontes esparsas disponibilizada por colegas. Em razão disso, o texto apresenta apontamentos iniciais dessa pesquisa, realizados com esse material. Agradeço aos pareceristas anônimos pelas críticas e sugestões de leitura. Os equívocos, obviamente, são de minha inteira responsabilidade.

2 Optei por utilizar o termo entre aspas por ser algo recorrente no discurso sobre a Amazônia, desde os tempos coloniais (SANTOS, 2002) até o período republicano, conforme demonstrado ao longo do texto. Ao fim e ao cabo, a ideia do “vazio demográfico” surge em especial nos contextos de fluxos migratórios incentivados pelo Estado, justificando a migração para a Amazônia, em um processo que exclui as populações locais, mormente as indígenas. No caso em tela, ele ressurgiu quase que de maneira semelhante.

3 Aos poucos, novas pesquisas vão avançando para além do marco de 1930 no Amazonas e questionando essa possível crise econômica que ainda resiste na historiografia, mas sem muita comprovação empírica. Entre outros, cf.: ALVES, 2009; ANDES, 2019; PIO JUNIOR, 2015. Por outro lado, em seu discurso proferido em 1940, Getúlio Vargas usou desse expediente ao se referir ao interventor Álvaro Maia, que “há de aproveitar a oportunidade para reerguer o Estado e preparar os alicerces da sua prosperidade” (VARGAS, 1942, p. 261).

4 Cabe ressaltar que muito dessa visão exposta aqui existiu também em nossa historiografia. Uma crítica a essa ideia historiográfica homogeneizadora pode ser conferida em: PINHEIRO, 2000; SAMPAIO, 2003.

5 Cf.: FULLER, 2012; PAZ, 2020; PINHEIRO, 2011.

6 Não é o objetivo desse texto, mas a título de informação, a ideia de Vargas para preencher esse “vazio demográfico” era enviar nordestinos castigados pela seca ao norte do Brasil. Cf.: SECRETO, 2007, p. 120-122.

Referências

ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O Diretório dos índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

ALVES, Hosenildo Gato. **Imprensa e poder: a propaganda varguista na imprensa amazonense (1937-1945)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

ANDES, Pedro Marcos Mansour. “Não delegamos poderes a quem quer que seja”: os sindicatos dos trabalhadores de Manaus no contexto do golpe do Estado Novo”. In: XXX Simpósio Nacional de História, 2019, Recife. **Anais do XXX Simpósio Nacional de História**, Recife: ANPUH, 2019, p. 1-25.

BANDEIRA, Jainne de Castro. **Os Tenharim do Rio Marmelos e os impactos da Transamazônica (1972-1985)**. 2018, 26 f. Relatório Final (Programa Institucional de Iniciação Científica) – Pró-Reitoria De Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

COUTINHO JR., Walter. **Os Kagwahiva e a Transamazônica: notas para uma história do contato interétnico no sul do Amazonas**. Manaus: Procuradoria da República no Amazonas (Procedimento no 1.13.000.000828/2013-87), 2013.

DIAS, Edinea Mascarenhas. **A ilusão do fausto – Manaus 1890-1920**. 2 ed. Manaus: Editora Valer, 2007.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil republicano v. 3 – O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 – Terceira República (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019 [versão digital].

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FULLER, Claudia Maria. Os Corpos de Trabalhadores e a organização do trabalho livre na província do Pará (1838-1859). **Mundos do Trabalho**. Florianópolis, v. 3, n. 6, p. 52-66, 2012.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. O regime empresarial-militar e a questão agrária no Brasil. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Orgs). **O Brasil republicano v. 4 – O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização – Quarta República (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019 [versão digital], p. 212-244.

MOURA, Anderson Vieira. “Delirante manifestação popular”: o comício de Getúlio Vargas em Manaus (agosto de 1950). In: QUEIRÓS, César Augusto; LEAL, Davi Avelino e MOURA, Anderson Vieira (Org). **Amazônia republicana: estudos sobre poder, política e trabalho**. Curitiba: Editora CRV, 2021, p. 83-96.

PAZ, Adalberto. Classe, cor e etnia nas legislações de compulsão ao trabalho na Amazônia: do Diretório ao fim dos Corpos de Trabalhadores (1755-1859). **Mundos do Trabalho**. Florianópolis, v. 12, p. 1-28, 2020.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. De vice-reino à Província: tensões regionalistas no Grão-Pará no contexto da emancipação política brasileira. **Somanlu**. Manaus, v. 1, n. 1, p. 83-107, 2000.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Cabanagem: percursos históricos e historiográficos. In: DANTAS, Monica Duarte (Org). **Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2011.

PIO JUNIOR, Amaury Oliveira. **O trabalhismo no Amazonas:** o periódico Tribuna Popular como instrumento de orientação das hostes trabalhistas. 2015. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

SAMPAIO, Patrícia Melo. Administração colonial e legislação indigenista na Amazônia portuguesa. *In:* PRIORE, Mary Del e GOMES, Flávio. (Orgs). **Os senhores dos rios** – Amazônia, margens e histórias. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003, p. 123-139.

SANTOS, Francisco Jorge dos. **Além da conquista:** guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalina. 2 ed. Manaus: EDUA, 2002.

SECRETO, María Verónica. A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: do “Discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, n. 40, p. 115-135, 2007.

SOUZA, Márcio. **A expressão amazonense:** do colonialismo ao neocolonialismo. 2 ed. Manaus: Editora Valer, 2003.

VARGAS, Getúlio. Discurso do rio Amazonas. **Revista Brasileira de Geografia,** p. 259-262, 1942.